

GESTÃO 2009-2011

Presidente: Gilmar Cavalieri
Vice-Presidente: Gerson Paulo Taboada Conrado
Corregedora: Gisele Pereira Alexandrino

10/12/2009 - NOVOS DIRIGENTES DO TRT CATARINENSE TOMAM POSSE

Os novos dirigentes do TRT catarinense tomaram posse em 10 de dezembro de 2009, às 18h, na sala de sessões do Tribunal Pleno. Eram eles os juízes Gilmar Cavalieri, presidente, Gerson Paulo Taboada Conrado, vice-presidente, e Gisele Pereira Alexandrino, corregedora.

A eleição aconteceu no dia 9 de novembro do mesmo ano. Na ocasião, o juiz Gilmar se disse honrado com a passagem do mandato. Agradeceu a sua antecessora, a juíza Marta M. Villalba Falcão Fabre, e convocou todos os colegas a administrarem juntos.

Por sua vez, o magistrado Gerson enalteceu a coerência e serenidade do trabalho até então realizado pela administração, e a juíza Gisele falou das importantes e necessárias mudanças estruturais pelas quais passava o Tribunal.

Nascido em 28/01/1959, em Lindóia do Sul, distrito de Ipumirim, em Santa Catarina, o magistrado Gilmar Cavalieri cursou Direito na Universidade Federal do Paraná, onde se formou em 1984. Desta data até 1987, exerceu a advocacia trabalhista. Em 1987, ingressou na carreira da magistratura do Tribunal Regional da 12ª Região, como juiz substituto. Em 1990, foi promovido a juiz titular da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste. Posteriormente, atuou na Vara de Videira, 4ª Vara de Joinville e 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis. Em 30/04/2003, tomou posse como desembargador do TRT catarinense. Nos anos de 2006/2006, fez mestrado em Ciência Jurídica, na Universidade do Vale do Itajaí. Por conta de sua trajetória profissional, a qual também inclui a docência na disciplina de Direito Processual do Trabalho 1 e 2 na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, recebeu diversas homenagens, dentre elas a Medalha do 1º Grau da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário do Trabalho e a Medalha Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do TST, em 2012.

O juiz Gerson Paulo Taboada Conrado, carioca de nascimento, cursou Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) e Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC), ambas em Porto Alegre-RS. Foi servidor do TRT gaúcho durante 15 anos, ingressando na magistratura do trabalho catarinense em abril de 1989. Em 1991, foi promovido a juiz titular na VT de São Miguel do Oeste. Nessa condição, atuou também nas varas de Concórdia,

Blumenau, Araranguá, Imbituba e 7ª de Florianópolis. Nestas duas últimas unidades, permaneceu 10 anos - cinco em cada. Em agosto de 2003, foi promovido ao então cargo de juiz togado - hoje desembargador - do TRT catarinense. Coordenou a Escola Judicial do órgão entre 2009 e 2010, sendo o vice-presidente do Tribunal no biênio 2010/2011.

Natural de Porto Alegre, a magistrada Gisele Pereira Alexandrino é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em março de 1983, entrou no serviço público federal na função de auxiliar judiciário, atuando na 15ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre. Ingressou na magistratura trabalhista em abril de 1989, como juíza do trabalho substituta do TRT-SC, sendo promovida a titular três anos depois. Atuou nas Varas do Trabalho de São Miguel do Oeste, 1ª e 3ª de Blumenau e de Imbituba. Em 2002 foi promovida, por merecimento, ao cargo de juíza togada.

28/01/2010 - JUSTIÇA DO TRABALHO DE SC PASSA A TER MAIS JUÍZES POR CIRCUNSCRIÇÃO

Começou a vigorar em 28 de janeiro de 2010 a nova divisão da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho catarinense para fins de lotação e designação dos juízes substitutos.

A Resolução Administrativa 03/10, aprovada na sessão administrativa do Tribunal Pleno do dia 25 de janeiro do mesmo ano, reduziu o número de circunscrições de 12 para 10.

A principal vantagem dessa mudança é que as circunscrições passaram a contar com um maior número de juízes substitutos, evitando-se, assim, grandes deslocamentos dos magistrados entre as diversas unidades.

A RA 03/10 completou o conjunto de medidas tomadas pela Administração para racionalizar e padronizar a designação de juízes substitutos. As outras, as Portarias 01/10 e 02/10, estabeleceram critérios referentes às férias dos magistrados (titulares e substitutos) e à lotação dos substitutos.

05/03/2010 - PRESIDENTE DO TRT/SC É EMPOSSADO COMO CONSELHEIRO NO CSJT

Tomaram posse, no dia 5 de março de 2010, como membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o presidente do TRT/SC, Gilmar Cavalieri, representando a Região Sul, e o presidente do TRT/GO, Gentil Pio de Oliveira, representando a Região Centro-Oeste.

Na solenidade de posse, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Milton de Moura França, disse que era muito gratificante dar posse a dois importantes conselheiros, ambos presidentes de importantes regionais. "Enriquecidos de grande conhecimento que, certamente, nos trarão a realidade mais viva dos regionais", ressaltou ele.

Na ocasião, os novos conselheiros agradeceram os cumprimentos dos colegas e se colocaram à disposição do Conselho para colaborar no aperfeiçoamento das regras a serem seguidas.

12/03/2010 - REESTRUTURAÇÃO BUSCA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Com o objetivo de sistematizar e organizar as atividades orçamentárias e financeiras do TRT, a administração decidiu reestruturar a Secretaria Financeira (Sefin). A preocupação foi de atender, principalmente, a dois objetivos estratégicos: "a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia" e o "aprimoramento e a uniformização dos métodos de trabalho".

Para adequar a estrutura organizacional às novas ações e tarefas voltadas à gestão orçamentária participativa, foi extinta a Sefin e criada a Assessoria Orçamentária (Assor), vinculada diretamente à Presidência.

O Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal (Seppp) foi vinculado à Secretaria de Recursos Humanos (Serhu) para racionalizar e otimizar as atividades, já que a secretaria é a maior geradora dos registros dos dados e informações que alimentam a folha de pagamento. No Seppp foi criado o Setor de Consignações e extinto o Setor de Programação e Manutenção da Folha.

Já o Serviço de Orçamento e Finanças (SOF) ficou vinculado à Secretaria Administrativa (Secad).

19/03/2010 - PROJETO DE MELHORIAS DE ROTINAS DA 1ª INSTÂNCIA ENCERRA COM IMPLEMENTAÇÃO DE 99 MEDIDAS

Depois de um ano de execução, o Projeto de Ajustes e Melhorias nos Fluxos de Procedimento do 1º Grau foi concluído com a implementação de 99 das 137 medidas propostas.

Iniciado sob a coordenação da então Assessoria de Planejamento, hoje Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan), o projeto atendeu a objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.

Na prática, por intermédio dos Provimentos CR 01/2008 e 02/2008, o projeto resultou na recomendação da adoção imediata de 43 melhorias, que auxiliaram na

agilidade da prestação jurisdicional, na redução de custos por meio da eliminação de impressão de documentos e na redução do retrabalho.

No SAP1, foram implementadas 56 melhorias, restando outras 33. Por perderem a utilidade com a chegada do Processo Virtual (Provi), cinco melhorias foram concluídas, mas não implementadas.

26/03/2010 - TRT/SC NO TWITTER E NO RÁDIO

Buscando melhorar a comunicação com o seu público, o TRT/SC aderiu a duas ferramentas, sem nenhum custo: o twitter e o rádio. A decisão foi baseada em monitoramento das tendências de exploração das novas tecnologias de informação, feito pela Assessoria de Comunicação.

A comunicação pelo twitter é instantânea e as mensagens também podem ser recebidas por aparelhos de telefone celular. Nos 140 caracteres disponibilizados pela rede social, a Ascom faz um resumo de cada notícia produzida, permitindo ao usuário que acesse um link para ler a íntegra do texto, publicado originalmente no site do TRT/SC.

Já o áudio do programa Justiça do Trabalho na TV, pela grande abrangência do rádio, será aproveitado, com algumas adaptações, para veiculação por todas as emissoras interessadas. As rádios podem aproveitar os conteúdos, sem nenhuma burocracia, apenas baixando o arquivo.

27/04/2010 - CONCEDIDA APOSENTADORIA À JUÍZA MARIA DO CÉO DE AVELAR

Foi publicado no Diário Oficial da União, em 27 de abril de 2010, o Decreto que concedeu aposentadoria à juíza Maria do Céu de Avelar.

Natural do Rio de Janeiro, a magistrada formou-se em Direito em 1977, pela Faculdade do Largo do São Francisco, da Universidade de São Paulo.

Atuou como servidora do TRT/SP e ingressou na magistratura trabalhista em 1979, quando Paraná e Santa Catarina integravam a 9ª Região. A juíza foi titular das VTs de Caçador, 5ª de Florianópolis e Mafra.

No Pleno, ocupava uma cadeira desde 2001. A magistrada também se dedicou à Corregedoria - biênio 2006/2007 - e Vice-Presidência do TRT/SC, cargo que exerceu no biênio 2008-2009.

04/06/2010 - VT DE CURITIBANOS GANHA SEDE PRÓPRIA

Projeto integra planejamento estratégico da instituição e visa garantir a infraestrutura adequada para realização das atividades

Ela é a oitava a ser construída dentro do novo padrão de sedes da Justiça do Trabalho, com foco na acessibilidade total para portadores de necessidades especiais, melhor aproveitamento dos recursos naturais e mais conforto para o público externo. As sedes próprias integram o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho e visam garantir a infraestrutura adequada para a realização das atividades judiciais e administrativas. Data da inauguração: 1º de junho de 2010.

11/06/2010 - MALOTE DIGITAL GARANTE SEGURANÇA E ECONOMIA À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Disponível no TRT/SC desde junho de 2009, a implantação do malote digital obedeceu a Resolução 100/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda a utilização do procedimento por todos os tribunais brasileiros. Ele funciona por meio do sistema de informática "Hermes".

O malote digital, relacionado com a Meta 10 do CNJ, deu mais agilidade à comunicação de qualquer ato oficial, administrativo ou processual, entre os Conselhos Superiores da Justiça do Trabalho (CSJT) e da Justiça Federal (CJF), os tribunais do trabalho, Superior e regionais, os tribunais federais e o Superior Tribunal de Justiça.

24/06/2010 - PROCESSOS DE 1º E 2º GRAUS TÊM NOVO FORMATO NA NUMERAÇÃO

Foram implantadas em todas as unidades judiciárias do TRT da 12ª Região, as alterações nos sistemas de 1ª e 2ª instâncias que permitem operar com a numeração instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Resolução CNJ nº 65/2008). A norma dispõe sobre a uniformização dos números dos processos nos órgãos do Poder Judiciário, para facilitar o acesso às informações processuais pelas partes, advogados e demais usuários. Assim, independentemente do ramo do Judiciário em que o processo tramite, o formato da numeração será o mesmo.

Somente os processos autuados desde janeiro de 2010 passaram a tramitar com essa numeração. Nesses processos, as intimações emitidas no Diário Oficial Eletrônico (DOE) para o 1º grau trarão apenas a numeração no formato

estabelecido pelo CNJ. Para o 2º grau, além do formato novo, também será apresentado no DOE a numeração antiga.

Uma das principais mudanças em relação à numeração anterior é que, a partir de então, os recursos montados em autos apartados - aqueles que tramitam fora do processo principal - receberam uma numeração específica. Antes, recebiam o mesmo número do processo principal, sendo diferenciados por uma variação em dois algarismos.

1º/07/2010 - CONCEDIDA APOSENTADORIA À JUÍZA MARTA FABRE

O presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, concedeu aposentadoria à juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre, do TRT catarinense. O Decreto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 1º de julho de 2010.

Natural de Santana do Livramento (RS), a juíza Marta graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), participou do curso de pós-graduação em Direito do Trabalho Comparado de Atualização pela Universidade de Passo Fundo e fez curso de mediação no Centro Nacional de Cortes Estaduais de Williamsburg, no estado americano de Virgínia.

Ingressou na magistratura catarinense em 1983, após ter atuado, por vários anos, como servidora da 4ª Região. No Pleno do TRT/SC, ocupou uma das cadeiras desde 2002. Foi corregedora em 2008, por pouco mais de 9 meses, assumindo a presidência da Instituição em 10 de outubro, após eleição motivada pelo falecimento do colega Marcus Pina Mugnaini, que presidia o Tribunal. Encerrou o mandato como presidente em 10 de dezembro do ano passado.

Como juíza titular, comandou as VTs de São Miguel do Oeste, Jaraguá do Sul, 1ª de Blumenau e 4ª de Florianópolis. A magistrada também foi presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho de Santa Catarina (Amatra/SC) e diretora da associação em nível nacional - a Anamatra.

30/07/2010 - JOINVILLE INAUGURA SEDE MAIS MODERNA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO ESTADO

Joinville passou a contar, a partir do dia 30 de julho de 2010, com a maior e mais moderna sede da Justiça do Trabalho catarinense. Localizado na Rua do Príncipe, nº 31, no centro da cidade, o edifício de doze pavimentos (mais ático) abriga cinco varas do trabalho e o serviço de distribuição e execução de mandados.

É a nona obra construída dentro do novo padrão de sedes próprias da Justiça do Trabalho/SC. Esses projetos integram o planejamento estratégico da instituição e

enquadram-se no objetivo "Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais". Costumam ter três objetivos: maior conforto para o usuário, com acessibilidade para portadores de necessidades especiais; melhor aproveitamento de recursos naturais, com redução do consumo de energia e água; e baixa manutenção.

Uma característica da obra que traduz bem essa concepção é o agrupamento das cinco salas de audiência num único andar, o segundo. "Isso diminui o fluxo de pessoas circulando pelo prédio, o que reduz as despesas com manutenção de elevadores e o barulho para o pessoal que está trabalhando nas secretarias, além de facilitar a limpeza", explica o engenheiro Alexandre Koenig São Thiago, diretor do Serviço de Obras e Manutenção (Serom) do TRT/SC.

O ambiente interno das salas de audiência também chama a atenção. Para permitir a entrada de iluminação natural, a equipe de projetos fez uma abertura no teto (domus), protegida por um vidro especial que reduz a transferência de calor para o ambiente.

O sistema de condicionamento de ar, chamado 'inverter', é automatizado e permite renovação constante de oxigênio, evitando aquela sensação de "ar viciado". O custo de instalação, maior que os sistemas tradicionais (15 a 20%), será compensado dentro de um ano, de acordo com projeções do Serom, pois o consumo de energia gira em torno de 30%.

Foram investidos R\$ 9,1 milhões no novo Fórum Trabalhista de 6,1 mil metros quadrados, maior até que a própria sede do TRT/SC (5,5 mil). Não é para menos. Das 63 mil ações trabalhistas propostas nas 30 jurisdições do Estado, 5,4 mil (8,5%) foram na de Joinville, que conta ainda com os seguintes municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul. Fica atrás apenas de Florianópolis, que recebeu 5,8 mil processos em 2009.

O Fórum de Joinville realizou 14 conciliações no primeiro dia de audiências na nova sede. Nas cinco unidades aconteceram 43 audiências. Uma das primeiras, no dia 2 de agosto de 2010, foi presidida pelo juiz Leonardo Rodrigues Itacaramby Bessa, da 3ª VT. O magistrado registrou em ata o fato e a mensagem: "que esta nova fase seja uma continuação do árduo e belo trabalho de tentar entregar a Justiça a quem precisa".

05/08/2010 - CONCEDIDA APOSENTADORIA À JUÍZA SANDRA WAMBIER

Foi publicado, no dia 5 de agosto de 2010, o decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que concede aposentadoria à juíza Sandra Márcia Wambier. Promovida pelo critério de antiguidade, em

setembro de 2004, ela tem 27 anos de magistratura trabalhista.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1980. Antes disso, concluiu o curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo. Participou de cursos nas áreas de publicidade, propaganda, Direito Processual do Trabalho, Processo Civil e estudos jurídicos, este último promovido pelo Governo de Israel, em Tel Aviv.

Antes da magistratura, foi jornalista por dez anos, trabalhando em jornais, revistas e assessorias de comunicação. Como acadêmica de Direito, fez estágios em varas criminais de Curitiba. Exerceu a advocacia por três anos. A posse como juíza substituta do TRT/SC aconteceu em setembro de 1983. Promovida a titular por antiguidade, seis anos depois, passou a atuar na então Unidade Judiciária de Xanxerê e, mais tarde, nas VTs de Canoinhas, 3ª e 5ª de Florianópolis e 2ª de São José. A partir de 1993, foi convocada por diversas vezes para substituir na 2ª Instância.

03/09/2010 - PEÇAS SÃO REMETIDAS AO TST POR MEIO ELETRÔNICO

O TRT/SC passou a usar o programa e-Remessa para transmissão de peças processuais, por meio eletrônico, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A implementação do sistema foi regulamentada na Portaria 225/10, publicada no dia 24 de agosto de 2010.

O uso da ferramenta se tornou necessário porque, desde o início de agosto de 2010, todos os processos judiciais que ingressam no TST tramitam em meio eletrônico.

Antes, a remessa dos processos com recurso dirigido ao TST era feita pelo Setor de Expedição, via malote.

10/09/2010 - ASSINADO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DO PRÉDIO DO NOVO FORO TRABALHISTA DA CAPITAL

O juiz Gilmar Cavalieri, presidente do TRT, assinou, no dia 3 de setembro de 2010, como testemunha, o contrato de compra e venda do Edifício Utrillo, para onde deve se mudar o Foro Trabalhista de Florianópolis até o final de 2011.

A União foi representada pela superintendente do Patrimônio da União/SC, Isolde Espíndola, e a Caixa pelo gerente de Sustentação ao Negócio, Rodney Trevisan.

Acompanharam a assinatura os servidores Luiz Carlos de Carvalho Cardoso, assessor da Assessoria Orçamentária (Assor) e Sandro Beltrame, diretor da Secretaria Administrativa (Secad).

A mudança integra o planejamento estratégico e se enquadra no objetivo de "garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais". "Vamos dar um passo importante para atender bem ao jurisdicionado", disse o juiz Gilmar Cavalieri aos contratantes. O presidente também comentou sobre o destino do prédio atual: "devem ser priorizados os setores carentes de espaço".

O imóvel foi vendido por R\$ 16,04 milhões. A maior parte - R\$ 14 milhões - paga com recursos do orçamento do TRT empenhados em 2009. O restante do valor foi obtido do Convênio 28/2009, celebrado entre o Tribunal e a própria Caixa, como contraprestação pela captação de depósitos judiciais.

Agora, o TRT já pode tomar posse do imóvel que fica na Avenida Beira Mar Norte. São sete mil metros quadrados de área construída e cada pavimento tem 466 metros quadrados.

24/09/2010 - TRT AMBIENTAL COMEMORA 5 ANOS

Os cinco anos do programa TRT Ambiental foram comemorados na semana de 20 a 24 de setembro de 2010, com programação especial, que incluiu mostra foto-literária com trabalhos de juízes e servidores, divulgação de ações ambientais e exibição de vídeos.

A Assessoria de Comunicação (Ascom) produziu um vídeo, com dez minutos de duração, que foi exibido no primeiro dia do evento. O material faz um alerta sobre a questão ambiental no mundo e mostra como é possível ajudar na preservação agindo, especialmente, no trabalho.

Já na quarta-feira, dia 22, servidores participaram da visita ao Parque Ecológico do Córrego Grande, onde fizeram alongamento e ganharam frutas de lanche, oferecidas pela Associação dos Servidores na Justiça do Trabalho/SC (Ajut).

Um dos momentos mais prestigiados foi a esquete "Chico e Benta vão pescar". A apresentação teatral cômica, de curta duração, despertou a atenção de quem passava pelo hall do Tribunal, no meio da tarde de quarta-feira.

As comemorações estenderam-se a diversas unidades, dentre elas a de Chapecó, Itajaí e Xanxerê.

O encerramento das atividades da semana aconteceu na sexta-feira, dia 24, na sede do TRT/SC, depois de um debate sobre "Responsabilidade Socioambiental - o papel de cada um". A discussão foi mediada pelos professores Paula Brügger, Waldemar Pacheco Júnior e Itamar Beviláqua - todos especialistas com atuação na área ambiental, além da juíza Rosana Basilone Leite Furlani, da 5ª VT de Florianópolis.

03/12/2010 - PROCESSO VIRTUAL CHEGA A SÃO JOSÉ COM MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA AUXILIAR SERVIDORES E JUÍZES

A partir do dia 18 de dezembro DE 2010, quem desejou ingressar com uma ação no foro trabalhista de São José, teve que utilizar o meio eletrônico que o TRT/SC disponibilizou para isso: o Sistema de Transmissão de Dados e Imagens.

O anúncio oficial aos diretores do Foro aconteceu no dia 30 de novembro de 2010, quando também foi apresentado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) o Projeto de Documentação do Provi.

Esse projeto integrava o Planejar e se enquadrava no objetivo estratégico de aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho. Em síntese, era um manual de procedimentos e boas práticas que facilitou a vida de quem precisava trabalhar com o processo virtual dali para a frente. Foi coordenado pela Seplan e desenvolvido em conjunto com diretores de Secretaria de VT e do Foro de Florianópolis - onde o Provi funciona nas sete unidades.

17/12/2010 - MAIS UMA MULHER ASSUME CADEIRA NA ALTA CORTE DO TRT

Promovida pelo critério de merecimento, a juíza Maria de Lourdes Leiria tomou posse no cargo de togada do TRT catarinense no dia 17 de dezembro de 2010. Ela assumiu a 16ª cadeira do Pleno, na vaga deixada pela juíza Maria do Céu de Avelar, que se aposentou em abril.

Na solenidade de posse, a juíza Maria Aparecida Caitano deu boas vindas à nova integrante em nome do Tribunal.

Por sua vez, a magistrada Maria de Lourdes agradeceu àqueles que participaram das suas conquistas e falou da sua preocupação com a saúde dos trabalhadores.

A referida promoção ocorreu de acordo com a Resolução Administrativa 26/2010, que disciplinou a aplicação da Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a aferição do merecimento na promoção dos magistrados de 1ª instância e o acesso ao 2º grau.

Natural de Porto Alegre, a magistrada Maria de Lourdes Leiria formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 11 de janeiro de 1985, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Em 2007, tornou-se Especialista em Direito do Trabalho, pelo CESBLU- Centro de Educação Superior de Blumenau. Posteriormente, realizou curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais - *Universidad Del Museo Social Argentino - UMSA*, Buenos Aires, em que defendeu a tese "Assédio Sexual laboral, reflexos para a saúde do trabalhador e o reconhecimento

como agente causador de doenças do trabalho", sob orientação do Exmo. Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, aprovada com conceito A no dia 15.11.2011. Atuou como magistrada trabalhista por um ano no Distrito Federal e depois veio para o TRT catarinense, como primeira colocada no concurso. Até a data da posse no cargo de togada do TRT catarinense, somava 21 anos de magistratura trabalhista, 17 deles atuando em Blumenau.

METAS INTERNAS 2010 - SEIS TEMAS ESTRATÉGICOS OBTÊM ÊXITO

As 11 metas internas a serem atingidas pela Justiça do Trabalho catarinense em 2010 foram definidas no 2º Seminário de Revisão do Planejar, realizado no dia 7 de maio de 2010, na sede da Amatra, em Florianópolis. Somadas às 10 metas nacionais do Poder Judiciário, a instituição passou a contar com 21 metas, segmentadas por atividade.

Dos oito temas estratégicos, seis foram totalmente alcançados. São eles: eficiência operacional, alinhamento e integração, atuação institucional, responsabilidade socioambiental, gestão de pessoas, bem como infraestrutura tecnologia. Dois temas - acesso à justiça e efetividade, bem como orçamento - mesmo que não alcançados na sua integralidade, representaram importante superação de desafios e aprimoramentos na forma de gestão do orçamento.

No tema orçamento, com a criação de um calendário orçamentário e a definição de meta para a execução de 90% do orçamento (custeio e capital) até outubro (alcançado 82,3%), entre outras ações, houve um importante aprimoramento na gestão orçamentária do Tribunal, de forma a impulsionar o uso racional de recursos, dentro de um planejamento mais participativo, gerando um ritmo de compras mais distribuído durante o ano.

O tema "acesso à justiça e efetividade", no mesmo sentido, retrata um dos maiores desafios do Judiciário: a efetividade na execução. Mesmo que não integralmente alcançado dentro dos critérios de pontuação definidos pela metodologia, seus resultados foram significativos para a prestação jurisdicional e representam o esforço despendido por juízes e servidores na superação desse desafio.

Foram encerradas, em 2010, 11.748 execuções a mais do que em 2009, correspondendo a um incremento de 59,75%. Em 2009, foram encerradas 19.663 execuções; em 2010, 21.411. A redução do montante de processos pendentes de execução somados aos arquivados provisoriamente foi de 8.250 processos, o que correspondeu a 9,21%. Em 2009, esse montante correspondia a 89.568 processos; em 2010, 81.318. Foram arquivados definitivamente, em 2010, 14.820 processos a mais do que em 2009, o que correspondeu a um incremento

de 25,32%. Em 2009, foram arquivados definitivamente 58.541; em 2010, 73.361.

08/04/2011 - CORREGEDORIA INOVA COM CORREIÇÕES SEMIPRESENCIAIS E VIRTUAIS

O Provimento CR nº 01/2011 formalizou a possibilidade de as correições acontecerem de três formas: presencial, semipresencial ou virtual. A modalidade determinada para cada unidade judiciária, divulgada no edital, vai depender de dados estatísticos.

A corregedora Gisele Pereira Alexandrino continuou se deslocando até as varas. Porém, uma equipe reduzida passou a acompanhá-la, já que muitos ou todos os processos, conforme o caso, serão analisados antecipadamente na secretaria da Corregedoria.

Correição 2010

Em 2010, parte dos processos já foram analisados antes das inspeções. Além de reduzir o tempo de permanência da equipe na unidade, a iniciativa possibilitou a redução de 30% nos gastos com diárias. "A presença de sete ou oito pessoas acabava interferindo e alterando a rotina da vara, que muitas vezes nem tinha mobiliário suficiente", conta a corregedora.

Segundo ela, o trabalho feito com mais conforto e calma, em seus próprios equipamentos, possibilitou à equipe da Secor o exame de 2.841 processos, número 33% superior ao do ano anterior. Com parte do trabalho sendo feita antecipadamente, houve também redução do tempo de permanência. No Foro de Joinville, por exemplo, foram cinco dias a menos de trabalho.

Outra novidade foi a apresentação dos resultados, que deixou de ser em ata e passou a ser na forma de relatório. Continuam sendo feitas recomendações e providências, gerais e específicas a cada unidade, sempre visando a rápida prestação jurisdicional.

15/04/2011 - JUÍZES DA REGIÃO SERRANA DESLOCAM-SE PARA ATENDER COMUNIDADES DISTANTES

A partir de maio de 2011, juízes lotados no Foro de Lages passaram a se deslocar mensalmente para São Joaquim para atender os jurisdicionados deste município, de Bom Jardim da Serra e de Urubici, que não contam com varas trabalhistas.

A medida concretizou um dos objetivos estratégicos do TRT, de aproximar o Poder Judiciário do cidadão, e materializou a Justiça Itinerante, prevista na Resolução nº

63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Em continuidade ao projeto, no dia 8 de novembro de 2011, a 6ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SC) realizou uma sessão extraordinária de julgamento, na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), em Criciúma, às 14h. Além de proporcionar uma oportunidade única de aprendizagem aos acadêmicos, o objetivo é aproximar a Justiça do Trabalho da comunidade local.

Os 50 processos incluídos na pauta eram de Tubarão, Criciúma e Araranguá. Os magistrados Roberto Basilone Leite, Gracío Ricardo Barboza Petrone e Ligia Maria Teixeira Gouvêa, presidente da Câmara, conduziram os julgamentos.

06/05/2011 - LANÇAMENTO DA LOGOMARCA E DESCERRAMENTO DO RETRATO DA EX-PRESIDENTE MARCARAM INÍCIO DA PROGRAMAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AOS 30 ANOS DO TRT

O lançamento da logomarca do TRT catarinense e o descerramento do quadro da foto da juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre marcaram o início das comemorações dos 30 anos de instalação do Tribunal no estado de SC.

Na solenidade, o presidente do Tribunal, Gilmar Cavalieri, assinou a portaria que institui a utilização da logomarca com dizeres alusivos ao aniversário de instalação.

13/05/2011 - JUIZ MANZI CHEGA À CORTE APÓS 21 ANOS DE MAGISTRATURA

O juiz José Ernesto Manzi tomou posse no cargo de juiz do TRT na tarde do dia 13 de maio de 2011, na sala de sessões do Tribunal Pleno. Ele ingressou na Justiça do Trabalho em 1990 e desde 1996 vinha atuando como convocado pelo Tribunal.

Na saudação de boas vindas, o juiz Edson Mendes de Oliveira destacou a personalidade marcante do magistrado: "Por trás do operoso juiz, encontra-se a rica figura do ser humano, sensível, que tem a capacidade de olhar o outro além das aparências e não se furta em dividir as suas experiências e conhecimentos", registrou.

O procurador-chefe substituto do Ministério Público do Trabalho, Jaime Roque Perottoni, desejou sucesso ao empossado na nova jornada. "Espero que possa levar a todos a segurança jurídica e a paz que todos almejamos".

Em sua fala, o advogado Paulo Roberto de Borba, presidente da OAB/SC, cumprimentou o juiz Manzi, dizendo

que "devemos unir esforços para que seja feita a justiça aos cidadãos".

No seu discurso, o empossado iniciou falando dos diversos significados da data: abolição da escravatura, aparição de Nossa Senhora em Fátima - Portugal, o aniversário da Ponte Hercílio Luz - símbolo da Ilha da Magia e da função conciliadora da magistratura, que é a de construir pontes para o diálogo. Além disso, lembrou o 13 de maio como o dia da publicação, há oito anos, do ato de sua remoção para a 1ª Vara da Capital, onde confessa ter descoberto a fundo a magistratura.

"Considero que a estrada que percorri reflete no homem e no juiz que sou", admitiu o magistrado, citando números de sua trajetória profissional como de audiências, sentenças, conciliações e acórdãos. Manzi lembrou de toda a sua atuação laboral e passagens de sua vida pessoal, que influenciaram na visão que tem do Direito.

Para ele, o processo não pode perder seu foco no homem. "A desumanização do processo faz com que pereça seu objeto, que é a justiça, tornando-o apenas uma técnica de aplicação do direito, divorciada de sua função como instrumento de realização da justiça... O processo é e deve ser uma fonte de concretização de direitos fundamentais, de humanização do homem, de aperfeiçoamento das instituições sociais e políticas, de instauração da ordem e da paz, de busca da justiça como ideal", ensinou.

Ao final, fez agradecimentos aos familiares - pais, irmãos, cinco filhos -, à esposa Maristela e aos servidores. "Principalmente agradeço a Deus, presença constante e pulsante em minha vida, em todos os instantes", assinalou.

Promovido pelo critério de antiguidade, o magistrado é especialista em Direito Administrativo pela Universidade de Roma; em Processo Civil, pela Unoesc de Chapecó; e em Processos Constitucionais pela Universidade de Castilla, da Espanha. Também é mestre em Ciência Jurídica pela Univali, de Itajaí, e, atualmente, cursa Filosofia na UFSC e doutorado em Direitos Sociais, na Universidade de Castilla.

25/07/2011 - PLENO ALTERA PERÍODO DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DA DIREÇÃO

O Tribunal Pleno, na sessão do dia 25 de julho de 2011, decidiu mudar o período de eleição dos membros da direção do TRT/SC. De acordo com o art. 11 do Regimento Interno, o presidente, o vice-presidente e o corregedor deveriam ser eleitos até a primeira quinzena do mês de novembro e entrar em exercício até a terceira semana do mês de dezembro. Porém, a Resolução 95/2009, do CNJ,

determinava que a eleição acontecesse, no mínimo, 60 dias antes do término do mandato de seus antecessores. Por isso, por decisão unânime, as eleições passaram a ser até a primeira quinzena de outubro.

29/08/2011 - LANÇADOS SELO E CARIMBO COMEMORATIVOS PELOS 30 ANOS DO TRT

Em 29 de agosto de 2011, no gabinete da presidência, foi realizada a cerimônia de lançamento do selo comemorativo pelos 30 anos de instalação do TRT/SC. A primeira obliteração - carimbo que impede a reutilização - foi feita pelo presidente, Gilmar Cavalieri. Em seguida, repetiram o procedimento o advogado Felipe Iran Borba Caliendo - presidente da Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas (Acat) -, e o vice-presidente do Tribunal, Gerson Paulo Taboada Conrado.

O assessor técnico dos Correios, José Manoel de Aguiar, parabenizou o Regional pela trajetória. "A data marca a consolidação desta importante instituição de direito, que engrandece e enobrece nossa sociedade", destacou.

O desembargador Gilmar falou sobre o privilégio de participar deste momento histórico. Numa breve retrospectiva lembrou que a Justiça do Trabalho catarinense julgou em 1982, no primeiro ano de pleno funcionamento do TRT, um número maior de processos do que recebeu. O selo postal é usado em conjunto com uma imagem, chamada de vinheta, e o valor é o do 1º porte nacional, para até 20 gramas, que atualmente custa R\$ 1,1. O TRT adquiriu 60 folhas que ficarão no gabinete da presidência para serem usados em correspondências oficiais e em convites para solenidades.

Além do selo, foi lançado um carimbo comemorativo cuja réplica, em placa de acrílico, compõe o acervo do Setor de Memória Institucional. O carimbo original seguiu para a agência central dos Correios, que fica na Praça XV de Novembro, em Florianópolis, onde será usado por 30 dias, nas correspondências postadas na unidade.

05/09/2011 - PUBLICADA LEI QUE CRIA DUAS VTS E 46 CARGOS PARA TRT-SC

Foi publicada, no dia 5 de setembro de 2011, a Lei 12.477/11, que criou duas novas VTs em Santa Catarina: uma em Navegantes e a 2ª de São Bento do Sul. A Lei também acresceu aos quadros quatro juízes - dois titulares e dois substitutos -; 30 analistas, sendo três executantes de mandados; e 12 técnicos.

A proposta foi encaminhada para Brasília dois anos e meio antes. Tramitou pelos Conselhos Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Nacional de Justiça (CNJ); e depois foi encaminhada para votação no Congresso Nacional.

05/09/2011 - CHUVA: UNIDADES DO VALE SUSPENDEM EXPEDIENTES E SERVIDORES TÊM PREJUÍZOS

Mais de 177 mil pessoas, em todo o estado, deixaram suas casas por conta das enchentes em setembro de 2011. Na Justiça do Trabalho, 13 servidores foram atingidos diretamente. Apesar de nenhuma unidade ter sido diretamente atingida, foram suspensos prazos e expedientes em seis municípios (Rio do Sul, Indaial, Brusque, Itajaí, Timbó e Blumenau), por causa das dificuldades de acesso.

O município mais afetado foi Rio do Sul, onde a água chegou a dois metros de altura na rua do foro trabalhista. Foi suspenso o expediente do dia 8 ao dia 13 e os prazos processuais seguiram suspensos até o dia 25 de setembro. O Foro, que fica no 3º andar do prédio, ficou com apenas um telefone funcionando, sem elevador, e o acesso foi liberado da lama pelos próprios servidores, no dia 12. O Banco do Brasil, que fica no térreo, foi bastante atingido, assim como todos os bancos da cidade.

16/09/2011 - COMEÇAM OBRAS DO NOVO FORO DA CAPITAL

Começou no dia 12 de setembro de 2011 a reforma do Utrillo, edifício do novo Foro Trabalhista de Florianópolis.

A empresa OTT Construções e Incorporações Ltda. venceu a licitação e foi contratada em regime de empreitada por preço global.

A obra, no imóvel que tem 6,8 mil metros quadrados, deve ficar pronta em um ano e o valor total do contrato é de R\$ 7,8 milhões.

28/09/2011 - LANÇADO BOX COM PROGRAMAS JUSTIÇA EM MOVIMENTO

Foi lançado, no dia 28 de setembro, o box com os DVDs das 12 primeiras edições do programa Justiça em Movimento (JM), produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), como parte das comemorações dos 30 anos de sua instalação. Os 300 exemplares da caixa foram encaminhados para todas as VTs e faculdades de Direito de Santa Catarina e diversas entidades do país.

07/10/2011 - DESEMBARGADORA GISELE PEREIRA ALEXANDRINO É ELEITA PRESIDENTE DO TRT/SC

A magistrada Gisele Pereira Alexandrino, corregedora-regional, foi eleita, por unanimidade, no dia 3 de outubro de 2011, a nova presidente do TRT-SC, para o biênio 2011/2013. Os juízes Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira e Edson Mendes de Oliveira serão vice-presidente e corregedor, respectivamente.

14/10/2011 - MINISTRO DALAZEN DEBATE PROCESSO ELETRÔNICO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS EM FLORIANÓPOLIS

O processo eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) foram os assuntos principais da pauta discutida com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, e dirigentes, diretores e assessores do TRT de Santa Catarina. Durante três horas, o presidente do TRT, juiz Gilmar Cavalieri, com a sua equipe, forneceu ao ministro detalhes das providências para a experiência pioneira de implantação do PJe-JT no país, no próximo 5 de dezembro, na nova Vara do Trabalho de Navegantes.

"Nós interrompemos o cronograma de implantação do Processo Virtual (Provi), desenvolvido para a 12ª Região, porque não teria sentido continuar ampliando, após a definição do processo eletrônico de âmbito nacional", explicou o presidente do TRT-SC. Embora interrompido, boa parte da reunião foi dedicada a informar ao ministro Dalazen sobre o processo de desenvolvimento do Provi e resultados colhidos até agora, especialmente quanto à disseminação da cultura do processo sem papel.

Dalazen revelou satisfação em saber da parceria para criar multiplicadores das informações sobre o Provi e o PJe-JT, estabelecida entre o TRT e os advogados catarinenses, por intermédio de entidades representativas como a OAB e a Associação Catarinense de Advogados Trabalhistas (Acat). "Sobre o processo eletrônico em Navegantes só vislumbro uma possibilidade: dar certo. Não foi por acaso que o TRT de Santa Catarina foi escolhido para ser o primeiro a ter o PJe-JT", revelou o ministro-presidente.

George Alexandre Silva, diretor da Secretaria de Informática, ressaltou o "apoio irrestrito" da administração do TRT para as providências de implantação do processo eletrônico em Navegantes. "Estamos conferindo uma visão multidisciplinar a tudo o que está sendo feito, pela participação de várias áreas que estão ocupadas com a ergonomia dos postos de trabalho, a capacitação dos

usuários, a comunicação de todas as etapas, a lotação de servidores, a alocação de equipamentos e as providências de adequação do imóvel para o bom funcionamento da nova Vara", informou George.

CNDT - Sobre a implantação da CNDT, falou o juiz titular da 7ª VT de Florianópolis, Carlos Alberto Pereira de Castro, responsável regional pelas providências para criação do banco de devedores trabalhistas, que integrará o banco nacional.

02/11/2011 - AMATRA-SC É TRICAMPEÃ EM JOGOS NACIONAIS

Com 1.125 pontos, a Amatra 12 venceu, pelo terceiro ano consecutivo, os Jogos Nacionais da Anamatra, que aconteceu em Porto de Galinhas (PE), de 29 de outubro a 2 de novembro de 2011.

A segunda colocação ficou com a Amatra 4 (RS), com 800 pontos; seguida pela Amatra 15 (Campinas), com 512,5 pontos. Das sete edições do evento, os magistrados da 12ª Região só não venceram duas delas.

Para o juiz Amarildo Carlos de Lima, ao mesmo tempo em que incentiva a prática esportiva, a competição preserva a saúde dos magistrados e estimula uma vida saudável. "É uma forma de afastar o sedentarismo ao qual somos levados com o passar dos anos e a rotina burocrática".

Na delegação, 17 magistrados ficaram com as primeiras colocações. Foram seis medalhas de ouro, 12 de prata e 13 de bronze, somando 31. Só a juíza Danielle Bertachini Monteleone ganhou seis delas.

25/11/2011 - METAS ESPECÍFICAS DA JT SÃO DEFINIDAS DURANTE ENCONTRO DO JUDICIÁRIO

Os desembargadores Gilmar Cavalieri e Gisele Pereira Alexandrino participaram em Porto Alegre (RS), nos dias 17 e 18 de novembro, do 5º Encontro Nacional do Judiciário. Entre as atividades, eles se reuniram com o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, para discutir as metas específicas da Justiça Trabalhista para 2012.

O ministro ressaltou a importância da gestão estratégica com foco em resultados, que já vem sendo aplicada, e destacou o papel da gestão - envolvendo as áreas de pessoas, orçamentária e judiciária - como ferramenta para que o Judiciário cumpra sua missão institucional.

**02/12/2011 - SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO E EXECUÇÃO
ULTRAPASSA R\$ 11 MILHÕES EM ACORDOS**

O valor total de acordos homologados pela Justiça do Trabalho em Santa Catarina, durante a 6ª Semana Nacional da Conciliação e a 1ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, soma R\$ 11,1 milhões. Os 24 TRTs, juntos, reuniram mais de R\$ 333 milhões.

De acordo com os dados encaminhados pelas unidades ao programa Conciliar na JT-SC é Legal, foram atendidas 5.567 pessoas. A mobilização envolveu o 1º e o 2º grau. Foram realizadas 1.475 audiências e 48% delas resultaram em acordos.

As hastas públicas que aconteceram no estado, na sexta-feira, dia 2 de dezembro e fizeram parte do primeiro leilão nacional de bens, arrecadaram R\$ 397 mil.

05/12/2011 - NOVA UNIDADE DE NAVEGANTES É INAUGURADA

A primeira ação trabalhista da VT de Navegantes foi protocolada durante a solenidade de inauguração da nova unidade, na tarde do dia 5 de dezembro de 2011, que contou com a participação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen.

A vara foi a primeira da Justiça do Trabalho do país a funcionar com o PJe, versão nacional do processo eletrônico que o CNJ adotou para servir de modelo para todo o Judiciário brasileiro - federal, trabalhista e estadual.

A escolha do Regional catarinense para ser o primeiro Tribunal do Trabalho a receber o PJe tem a ver com a experiência da instituição em processo eletrônico.

"O nosso Provi foi fundamental para criarmos a cultura do processo eletrônico, ferramenta que tem uma ótima aceitação nas comunidades jurídicas onde ele funciona", afirmou o presidente do TRT/SC, Gilmar Cavalieri.